

Suspenso o pagamento de AIHs suspeitas de fraude

Ivo Gonzalez/2-1-95

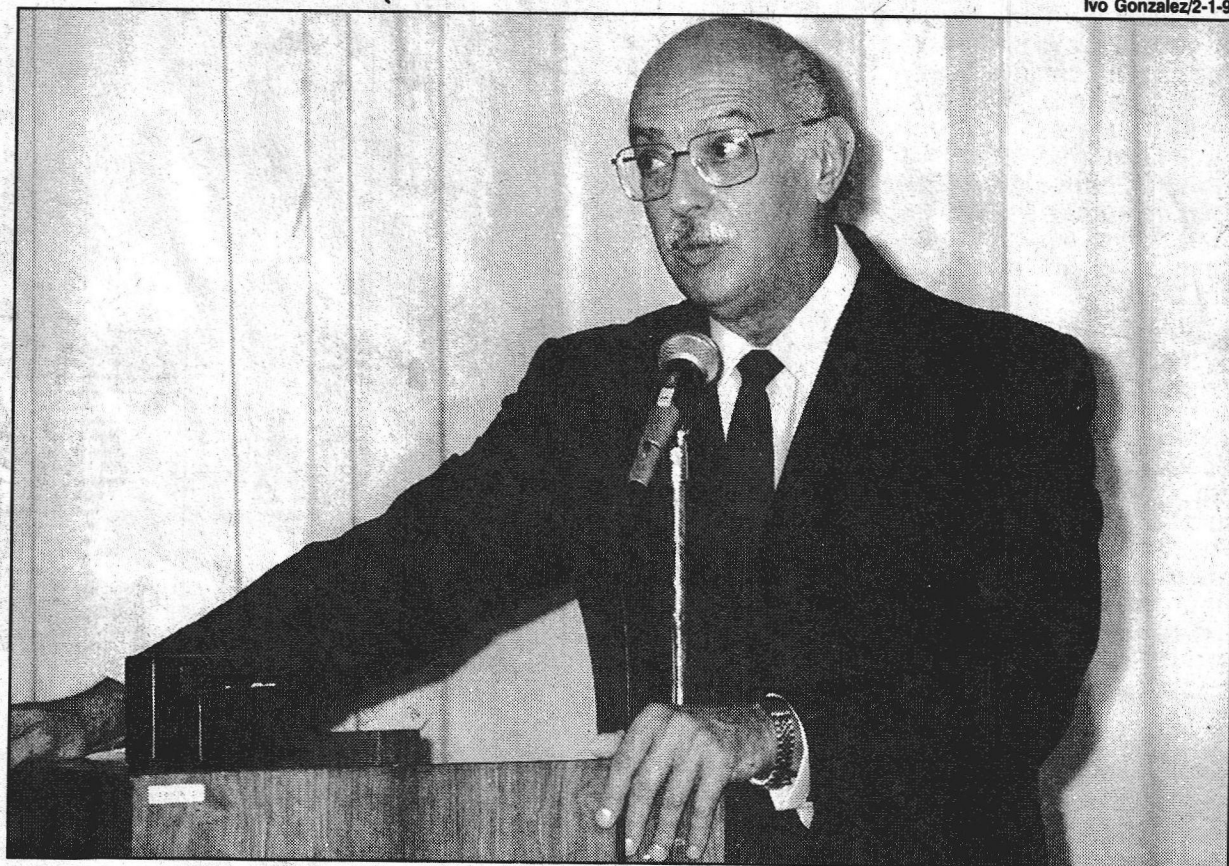
ISABEL DE FAULA

BRASÍLIA — Dois dias depois de a Procuradoria Geral da República no Rio de Janeiro ter pedido a abertura de inquérito na Polícia Federal para apurar o pagamento, por ordem direta do ministro da Saúde, de 131.665 internações hospitalares com suspeita de fraude, Adib Jatene voltou atrás da decisão.

O recuo, anunciado ontem, foi a forma encontrada por Jatene para aplacar a reação negativa do Congresso à medida, que poderia até inviabilizar a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O ministro também quis dar uma resposta à repercussão negativa da medida junto à opinião pública e ao Palácio do Planalto, mas principalmente, conforme admitiu, teve a intenção de evitar uma provável ação judicial contra ele.

— O meu consultor jurídico me disse que, se eu pagasse, estaria passível de ser processado na Justiça. Quando você percebe que alguma coisa não é defensável tem que voltar atrás — reconheceu Jatene, que mandou divulgar uma nota oficial esclarecendo a decisão.

Na nota, Jatene explica que o assunto foi encaminhado à Consultoria Jurídica do ministério, que entendeu ser ilegal o pagamento das Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) "diante de fraudes que viessem a ser posteriormente comprovadas". Segundo a avaliação da Consultoria Jurídica, o pagamento infringiria a Lei 4320/64



O ministro Adib Jatene: "Quando você percebe que alguma coisa não é defensável tem que voltar atrás"

no aspecto de liquidação das despesas.

As AIHs irregulares — que somam perto de R\$ 33 milhões — não chegaram a ser pagas. Jatene explicou que as contas, referentes ao mês de agosto, só serão quitadas se os hospitais apresentarem justificativa plausível para as irregularidades.

O recuo de Jatene foi estratégico. Na semana passada, o ministro fora duramente criticado no Congresso por sua deci-

são, anunciada na quinta-feira. Até seus aliados na luta pela aprovação da CPMF reagiram à medida, dizendo que, se o ministro não voltasse atrás, dificilmente a emenda constitucional do novo imposto passaria no Congresso. Além disso, o próprio Jatene corria o risco de ser denunciado na Justiça pelo crime de peculato, por ter autorizado o pagamento a hospitais conveniados que estariam fraudando o Sistema Único de Saúde

(SUS).

A Presidência da República também não gostou da repercussão negativa da atitude de Jatene. O porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, disse ontem, porém, que a decisão de cancelar o pagamento das AIHs partiu unicamente do Ministério da Saúde. Segundo Amaral, não houve qualquer interferência do Planalto na mudança de procedimento.